



Divulgação

## CODESP fala em migração, portabilidade e até liquidação do Instituto (Pág. 4)

Sindaport



**PORTUS não pode ser jogado na vala comum**  
(Pág. 7)



Sindaport

**Audiência com ministro da Infraestrutura será no dia 11/junho**  
(Pág. 4)

**Momento é crítico** (Pág. 5)

**Próximos passos e estratégia de lutas** (Pág. 8)

## Breve resumo

Difícil fazer um resumo sobre toda nossa luta com relação ao PORTUS em um espaço pequeno. São vários anos de incontáveis batalhas e idas à Brasília, gestões e contatos políticos em todas as esferas, muitas assembleias e até mesmo medidas judiciais.

E neste texto de agora, quando usarmos o termo “as entidades”, estaremos nos referindo ao SINDAPORT, SINTRAPORT e a APP/Santos uma vez que, nos últimos anos, todas as ações implementadas e assembleias realizadas transcorreram sempre em conjunto.

Já é do conhecimento de todo participante que o grave déficit atuarial do PORTUS se arrasta por muitos e muitos anos. Aquela velha e mentirosa história, que nos era contada na década de 90, de que “o PORTUS tem dinheiro em caixa para pagar até o último participante morrer” era uma grande falácia, propositalmente espalhada, para que nós participantes não soubéssemos a realidade do Fundo e exigíssemos nosso direito legítimo de sermos fiscais de nosso próprio dinheiro.

Retroagindo os fatos, vale lembrar que durante o mandato do

presidente Lula, em uma visita a Santos, mais precisamente na Associação Atlética dos Portuários, o então mandatário da Nação foi enfático ao afirmar para todos os presentes: “durante o meu mandato, fundo de pensão do trabalhador portuário não será liquidado”.

Foi iniciada uma luta para que



o nosso fundo de pensão recebesse um crédito de 400 milhões a título de dívidas já ajuizadas contra as patrocinadoras do PORTUS, as Companhias Docas. Ações na justiça que as próprias Companhias Docas já consideravam “valores incontroversos”, ou seja, reconhecidamente devidos, mas sendo postergados. Parte desse valor

só foi efetivamente recebido pelo PORTUS, já durante o governo da presidente Dilma Rousseff.

Nesse momento, a devida “mea culpa” cabe a todos nós participantes do fundo de pensão, SINDAPORT, SINTRAPORT, APP/Santos e demais APPs, Federação Nacional dos Portuários (FNP), sindicatos portu-

cinadoras, incluindo-se aí as ações referentes às contribuições repassadas ao PORTUS com atraso.

Mesmo sabendo que nós participantes nunca demos causa alguma para o surgimento e crescimento dessa dívida, até porque nossas contribuições eram recolhidas sempre pontualmente em holerites, restando, portanto, ao Governo Federal e Companhias Docas, a responsabilidade pela dívida do PORTUS, talvez tenha nos faltado o bom senso de compreendermos que, mesmo não sendo justo, seria melhor termos perdido “alguns anéis, talvez dedos, do que perdermos tudo”.

Podemos, sim, incluir nessa “mea culpa” todas as entidades representativas, mesmo sabendo da falta de compreensão dos participantes para aceitarem uma redução nos benefícios recebidos ou aumento das contribuições (o que certamente seria um grande prejuízo político para essas instituições). Deveríamos talvez ter convocado assembleias para debatermos o assunto e tentarmos, ainda durante o Governo Lula, uma solução definitiva para o PORTUS, mesmo que necessário fosse um injusto e “amargo remédio”.

## Últimos dois anos

### **Proposta do Interventor: plano de saneamento paliativo por dois anos, com grande aumento nas contribuições dos ativos e redução dos benefícios dos assistidos**

Meados de 2017, o atual interventor do PORTUS apresenta um plano de saneamento do déficit o qual consistia basicamente na alteração do plano de custeio de benefícios. Essa alteração acarretaria um enorme aumento das contribuições dos participantes da ativa e uma grande redução nas contribuições dos assistidos. Plano previsto para início em abril de 2018.

Claramente estava explicitado pelo interventor que, passados dois anos e não havendo uma solução por parte do Governo Federal e das Companhias Docas com relação às três grandes dívidas já citadas, haveria por parte do PORTUS uma reavaliação do plano de saneamento proposto.

Posto isso, haveria um grande esforço financeiro por parte dos participantes assistidos, sendo que para boa parte dos ativos o PORTUS seria algo inviável para se suportar com as contribuições reajustadas. E ainda, sendo um plano paliativo e com grandes possibilidades de promover novos reajustes nas contribuições, seguidos de novas reduções de benefícios passados apenas dois anos, as entidades decidiram entrar na justiça contra o novo plano de custeio.

Em Santos, a ação judicial impetrada pelo SINDAPORT, SINTRAPORT e APP obteve da Justiça liminar favorável, depois suspensa. Outros sindicatos portuários do Brasil entraram com a mesma ação na

justiça, obtendo liminares, algumas mantidas até a presente data.



Claudiomiro Machado, Miro, presidente do Sintraport



## Proposta provisória da CODESP



Já no segundo semestre de 2018, a diretoria da CODESP da época tentou uma proposta alternativa e provisória junto a ABEPH, que sugeria às Companhias Docas assumirem percentualmente e provisoriamente o déficit mensal da folha de pagamento dos assistidos do PORTUS por um período de 18 meses, até que um plano definitivo fosse concluído. Tal proposta afastaria os riscos na suspensão dos pagamentos dos benefícios.

Alegando falta de recursos financeiros para aumentarem as suas contribuições para o PORTUS, infelizmente as outras Companhias Docas não aceitaram a proposta da CODESP.

## Mudança de Governo Federal

Já em Brasília, o Plano de Saldamento aprovado pela ABEPH foi entregue aos órgãos competentes no final do Governo Temer. Uma das primeiras ações a ser adotada seria a realização de uma Audiência de Instrução junto a PREVIC para que todos os agentes envolvidos, PORTUS, Cias. Docas e entidades representativas, pudessem avaliar o Plano de Saldamento, dando assim a imprescindível segurança jurídica.

Antes que essa necessária e importante audiência fosse feita pela PREVIC, ocorreu a posse do Governo Bolsonaro,

e o que inicialmente parecia ser apenas uma demora na continuidade dos processos já em andamento, lamentavelmente voltou a estaca zero.

Informações vindas da CODESP, bem como de membros da base governista, apontaram preliminarmente que o Plano de Saldamento do PORTUS não teria aval do novo Governo por falta de recursos financeiros disponíveis para equacionar a proposta encaminhada, cabendo tão somente às patrocinadoras Companhias Docas resolverem todo e qualquer assunto referente ao PORTUS.

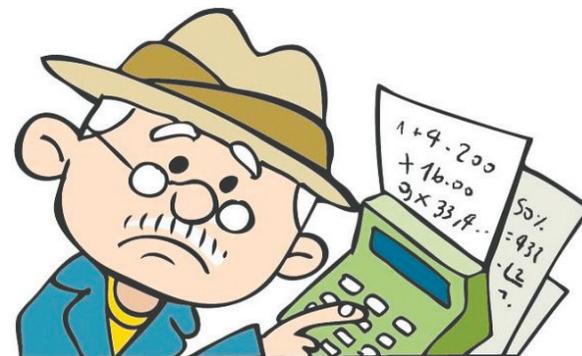


Sindaport/Divulgação

## Proposta de Saldamento

Trabalhando em comunhão de ideias e seguindo as orientações jurídicas do escritório Franzese Advocacia, SINDAPORT, SINTRAPORT e APP/Santos contrataram uma nacionalmente renomada empresa de consultoria atuarial para apresentar um Plano de Saldamento e uma solução definitiva para zerar o déficit atuarial do PORTUS.

Através de um trabalho político e de gestão junto à diretoria da CODESP para que o Plano de Saldamento tivesse uma melhor e mais rápida aceitação por parte do Governo Federal, as Companhias Docas contrataram outra empresa de consultoria, não por acaso associada da já contratada por SINDAPORT, SINTRAPORT e APP/Santos, com o objetivo de encaminhar o referido plano para as au-



toridades, em Brasília.

E para não haver riscos jurídicos, as entidades representativas, em Santos, realizaram assembleias com todos os participantes do PORTUS apresentando e aprovando o Plano de Saldamento a ser encaminhado ao Governo Federal.

## Nova diretoria da CODESP afirma querer assumir compromissos para com os participantes do PORTUS



Irandy Ribas/AT

Casemiro Tércio Carvalho, presidente da Codesp

Assim que a atual diretoria da CODESP tomou posse oficialmente, SINDAPORT, SINTRAPORT e APP/Santos estiveram reunidas com os novos mandatários não apenas para esclarecer e prestar as devidas informações sobre o PORTUS, mas principalmente para pedir total e irrestrito apoio para que os compromissos financeiros com a folha de pagamento do Instituto fossem assumidos.

Logo em suas primeiras entrevistas e pronunciamentos públicos o novo presidente da CODESP, Casemiro Tércio Carvalho, foi enfático ao afirmar que a empresa assumiria e honraria os compromissos do PORTUS relativos aos par-

ticipantes na estatal portuária.

Disse, inclusive, que haveria um repasse ao PORTUS de aproximadamente R\$ 38 milhões, quantia que seria destinada para dar o necessário suporte à folha de pagamento referente aos participantes ligados à CODESP, o que ainda não se concretizou.

Posteriormente, pelo mesmo Casemiro Tércio Carvalho nos foi dito que a CODESP defenderia a "cisão do plano PORTUS", cujos benefícios seriam assumidos e pagos pelo Banco do Brasil, tendo como garantia futuros contratos de arrendamentos. Nada apresentado oficialmente.



## Diretor da CODESP fala em migração e portabilidade sobre plano PORTUS

Em recente reunião convocada pela CODESP para tratar da Campanha Salarial e Acordo Coletivo de Trabalho 2019, data-base em 1º de junho, questionado sobre o assunto PORTUS, o diretor de Administração e Finanças, Fernando Biral, trouxe uma nova expectativa de proposta sobre o PORTUS, bem diferente das anteriores.

Descartou a imediata possibilidade de cisão do Plano PORTUS - CODESP das demais Companhias Docas. Primeiro pelo prazo mínimo para tal situação se concretizar, entre 18 e 24 meses, sendo que não haveria saldo financeiro disponível no PORTUS para aguardar esse prazo mínimo. E também porque o Plano PORTUS é mútuo, ou seja, os valores não assumidos por alguma das patrocinadoras deverá necessariamente ser custeado pelas demais.

Na avaliação de Fernando Biral a única alternativa viável seria a migração mediante a portabilidade para outro fundo, citando explicitamente, Banco do Brasil.

Para nós do SINDAPORT, SINTRAPORT e APP/Santos, certamente não há problema algum caso o benefício venha a ser pago pelo Banco do Brasil,

até porque, havendo segurança e garantias jurídicas totalmente favoráveis, acreditamos que essa também seria a opinião dos participantes.

No entanto, outros graves problemas se apresentam logo de início, uma vez que o diretor foi bastante sincero e direto em suas afirmações: “Se conseguirmos a migração/portabilidade para o Banco do Brasil, os benefícios já pagos e os a serem concedidos teriam, logo de cara, uma redução mínima de 45%.”

Ocorre que os problemas não param por aí e talvez se apresentem ainda mais graves do que essa grande redução. A diretoria da CODESP diz ter afirmado para o Ministério da Infraestrutura que a empresa assumiria os valores referentes aos seus empregados junto à folha do PORTUS. Por sua vez, o Ministério da Infraestrutura, também teria aceitado a proposta da CODESP.

Mas para qualquer proposta que a CODESP possa implantar, além do aval do Ministério da Infraestrutura é estritamente necessária a aprovação do Ministério da Economia e da AGU, e que, sem essas devidas autorizações nada poderia ser feito pela estatal portuária que administra o Porto de Santos.

## Diretor Fernando Biral fala na possibilidade de liquidação do PORTUS



Fernando Biral, diretor de Administração e Finanças da Codesp

Mesmo com a boa vontade da atual diretoria da CODESP em assumir os compromissos para com o PORTUS, inclusive com a sinalização positiva do Ministério da Infraestrutura, mas sem aval e um sinal verde do Ministério da Economia, Fernando Biral disse que existe uma grande possibilidade do interventor do PORTUS pressionar a PREVIC no sentido de decretar a liquidação extrajudicial do Instituto.

O mesmo Fernando Biral acredita que, apesar de não ser o melhor caminho, a liqui-

dação do PORTUS pode não representar o fim do mundo, opinião imediatamente rechaçada pelo SINDAPORT, SINTRAPORT e APP/Santos. Claro que uma liquidação do nosso fundo de pensão, mesmo que não tenha havido qualquer confirmação visando à segurança jurídica de quem honrará com os compromissos financeiros junto aos participantes, os prejuízos certamente irão acontecer e seremos duramente penalizados sem saber em quanto tempo ou até mesmo se os nossos direitos seriam restabelecidos ou garantidos.

## SINDAPORT, SINTRAPORT e APP/Santos em Brasília

Alberto Ruy/Minfra



Tarcísio G. de Freitas, ministro da Infraestrutura e Rosana Valle, deputada federal

Como já mencionado ao longo deste boletim, foram inúmeras as vezes que O SINDAPORT, SINTRAPORT e APP/Santos estiveram em Brasília para tratar exclusivamente do assunto PORTUS. Seja para reuniões com os demais sindicatos, representações portuárias e Federação Nacional dos Portuários (FNP), audiências com ministros de Estado, além de senadores e deputados federais de praticamente todos os partidos políticos.

Mais uma vez, no próximo dia 11 de junho, estaremos em Brasília para parti-

cipar de uma audiência com o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, solicitada pela nossa combativa e atuante deputada federal, Rosana Valle, ocasião onde estaremos todos juntos, unidos e coesos tratando exclusivamente dos assuntos relativos ao PORTUS.

Cobramos do ministro uma posição clara e objetiva do Governo Federal sobre as ações que estão em andamento para se evitar quaisquer injustos prejuízos que possam ser causados aos participantes do fundo diante de uma possível liquidação.



## Já cobramos, respostas e propostas, oficialmente

Conforme já abordamos, a proposta de Saldamento do Plano encaminhada pela ABEPH ainda no Governo anterior, segundo nos foi dito, teria sido “engavetada”. Solicitamos a todos os órgãos competentes, que essa negativa do Governo Federal nos fosse dada por escrito, de forma oficial. Pedimos respostas por ofícios para os ministérios envolvidos, PREVIC, AGU, interventor do PORTUS, e para o novo presidente da CODESP, mas até o presente momento não obtivemos nenhum retorno.

Recentemente, quando em Brasília reunidos com o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Digo Piloni, cobramos também uma resposta formal, tanto para o arquivamento da proposta de Saldamento do Plano, bem como a anunciada pela CODESP.

Vale lembrar que no último dia 22 de abril enviamos ofício ao presidente da CODESP



referente ao PORTUS, solicitando: “enviar às entidades representativas, com a maior brevidade possível, o plano de solução que V.Sa. idealizou para enfrentar o problema,

em substituição aquele aprovado pela ABEPH – Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias”. Também ainda sem uma resposta oficial.

## Realidade do PORTUS: momento crítico

Alberto Ruy/MInfra



SINDAPORT, SINTRAPORT e APP/Santos procuram sempre informar com transparência a difícil situação pela qual passa o nosso Fundo de Pensão PORTUS. Seja através de nosso site, [www.sindaport.com.br](http://www.sindaport.com.br), boletins informativos, reuniões de diretoria, reuniões do conselho deliberativo, matérias na imprensa, WhatsApp e conversas do dia a dia. Porém, no último café da manhã do SINDAPORT, dia 8, evento que acontece sempre na segunda quarta-feira do

mês, pudemos sentir o desnível de informações e conhecimento dos participantes sobre a dura realidade financeira do nosso PORTUS.

No mesmo dia e local, com diferença de minutos, um participante pergunta se no mês que vem, junho, o pagamento do PORTUS já será efetivado pelo Banco do Brasil. A seguir, outro participante pergunta se esse mês de maio será mesmo o último pagamento do PORTUS.

Tanto o presidente do SINDAPORT, Everandy Cirino, como o presidente da APP-Santos, Odair Augusto de Oliveira, ou todo e qualquer diretor das duas entidades procuram com cautela esclarecer e explicar detalhadamente a real situação na qual se encontra o PORTUS. Sem darmos falsas garantias, mas também não criando um cenário de terror.

Temos plena consciência que o triste momento pelo qual atraves-

sa o PORTUS talvez seja o mais crítico e perigoso de toda sua história. Seja pelo elevadíssimo déficit atuarial, fruto das dívidas das patrocinadoras e Governo Federal, seja pela grave crise financeira que atinge o Brasil, deixando o Governo sem recursos, ainda mais diante da difícil relação política mantida com o Congresso Nacional.

Temos sim a obrigação de informar com toda a cautela necessária e não nos furtamos disso. Não podemos dar garantias de que a solução está próxima de acontecer, assim como temos que ter extremo zelo para não deixar que o pânico se estabeleça entre nossos companheiros, muitos deles com mais de 80 anos vividos e com problemas de saúde.

Sempre que temos a oportunidade reiteramos que mesmo não sendo justo, qualquer solução para o nosso PORTUS irá nos impor uma difícil situação, diante de uma possível redução percentual dos nossos benefícios, portando, temos total consciência da obrigação de prestarmos as devidas informações, por mais duras que sejam, sobretudo o que já foi aprovado em assembleia sobre o Plano de Saldamento.



## Nosso partido, nossa bandeira, é o PORTUS



AssCom Sindaport

Nem mesmo os mais severos opositoristas de plantão poderão criticar o SINDAPORT, o SINTRAPORT ou a APP/Santos de “partidarizar” ou “politizar” o assunto Fundo de Pensão, uma vez que nossa bandeira de luta sempre foi, é e será o PORTUS.

Para isso, nunca tivemos “melindres” de irmos conversar com qualquer político, partido ou corrente ideológica. Sempre que uma porta se abria para nos receber e pudéssemos explicar a situação do fundo de pensão e pedirmos ajuda, lá estávamos nós.

Aqui em Santos, por exemplo, sempre contamos com o apoio do eterno companheiro Benedito Furtado, vereador e ex-presidente do SINDAPORT. Já fez registro oficial em sessão na câmara municipal de Santos, bem como conseguiu mais de uma vez audiências junto ao prefeito Paulo Alexandre Barbosa, além do relevante apoio de outros vereadores santistas.

Em várias ocasiões Furtado nos acompanhou em audiências junto ao prefeito Paulo Alexandre Barbosa e demais políticos, sempre nos reservando total atenção e consideração. Além dos inúmeros ofícios endereçados aos diversos órgãos do Governo Federal, em dada oportunidade, através de uma ligação sua direta para o então vice-presidente do Governo Dilma, Michel Temer, requereu a agilização na liberação de recursos para o PORTUS.

Alguns deputados estaduais, tais como Paulo Corrêa Junior, deputados federais, dentre eles Arnaldo Faria de Sá, Beto Mansur

e João Paulo Tavares Papa, que muito nos ajudou com encaminhamento de emenda parlamentar voltada para a obtenção de recursos ao PORTUS, além de pedidos de audiências junto aos Ministros e PREVIC e etc. merecem o nosso reconhecimento, assim como os atuais parlamentares Júnior Bozzella e Rosana Valle, que vem regularmente se reunindo com o SINDAPORT e requereu o pedido de audiência com o ministro da Infraestrutura para discutir a situação do PORTUS, encontro agendado para o próximo dia 11 de junho.



Reprodução/BoqNews

Benedito Furtado, vereador e ex-presidente do Sindaport



## Liberação de recursos junto à Presidência da República



Odair Augusto de Oliveira, presidente da APP/Santos

Todo trabalho político feito em Brasília necessariamente tem que passar pela Presidência da República para se conseguir a liberação de verbas junto ao Tesouro Nacional. Nesse sentido, independentemente da opção política partidária por A ou B, temos que relembrar os fatos já ocorridos.

Durante o governo do presidente Lula conseguimos a liberação de recursos na ordem de R\$ 400 milhões. À margem da simpatia ou antipatia pelo ex-presidente, concordância ou discordância dos fatos que o levaram à condenação, ter ou não votado no atual presidiário para o exercício de seus dois mandatos, etc., etc. e etc.,

o fato é que com relação específica ao PORTUS, nossa reivindicação foi atendida durante sua gestão.

No governo da presidente Dilma Rousseff, ainda que com menor trânsito político nos bastidores do Planalto, também independentemente de concordância ou não com os fatos que a levaram ao impeachment, conseguimos a liberação de recursos para o PORTUS.

Liberação de verbas que igualmente se verificou na gestão de Michel Temer que, ao final do seu mandato, através do ex-ministro dos Transportes, Valter Casemiro, atendeu

nosso pleito e promoveu a liberação de recursos para o PORTUS, ou seja, durante os mandatos dos últimos três presidentes da República conseguimos liberação de aportes financeiros junto ao Tesouro Nacional que garantiram a continuidade e subsistência do PORTUS.

E agora com o Governo Bolsonaro? Conseguiremos liberação de recursos? Muito nos preocupam as últimas declarações do chefe da Nação com relação ao assunto fundos de pensão, pelas quais ele afirma que “todos os fundos de pensão que estão em dificuldades financeiras, foram alvo de interferências políticas ou roubalheira, e que o Governo não deve liberar dinheiro para os fundos”.

No último dia 29 de abril, o presidente da APP/Santos, Odair Augusto de Oliveira, encaminhou ofício diretamente para Jair Bolsonaro pedindo apoio ao mandatário, bem como a apresentação de uma solução o mais breve possível para o PORTUS.

O ofício foi respondido não por Bolsonaro, mas sim pela diretoria de seu gabinete, informando que a missiva sobre o PORTUS fora encaminhada aos ministérios da Infraestrutura e da Economia, por meio dos ofícios nºs 2543/2019/GP-DGI e 2544/2019/GP-DGI, respectivamente, podendo o interessado contatar diretamente as duas pastas indicadas para o devido acompanhamento.

## PORTUS não pode ser jogado numa vala comum

Já em curso no Congresso Nacional e tão logo seja aprovada, a Reforma da Previdência deverá impor a necessidade imediata de revisão de todos os planos de custeio dos fundos de pensão, os quais obrigatoriamente terão que revisar seus respectivos estatutos para suplementar os novos benefícios, com novos e piores parâmetros.

Por isso entendemos que o Governo Federal tende a deixar para depois da Reforma da Previdência as tratativas referentes aos problemas dos fundos de pensão, considerando que somente a Reforma propriamente dita já vai beneficiar os referidos fundos mediante uma maior sobrevida, com o aumento mínimo da idade para aposentadoria.

Essa premissa valeria para o Fundo POSTALIS dos Correios, para o PETROS e para a maior parte dos planos dos fundos de pensão que estão ativos e que ainda possuem uma grande massa ativa para benefícios ainda a conceder.

Todavia, nosso entendimento é que o PORTUS não deveria estar jogado nessa “vala comum” porque possui um plano com uma massa de participantes já bastante envelhecida e com muitos falecimentos anuais, assim como não tem novos participantes ingressando e poucos benefícios ainda a conceder. Portanto, a Reforma da Previdência terá pouco ou quase nenhum impacto sobre o plano de benefícios do nosso Fundo



de Pensão PORTUS.

Sendo assim, o Governo Federal poderia, e deveria, tratar a solução dos problemas do Fundo de Pensão PORTUS antes da

Reforma da Previdência, sobretudo diante das constantes ameaças feitas pelo interventor do Fundo de liquidar o PORTUS por falta de reservas matemáticas em caixa.



## Próximos passos e estratégias de luta

Sindaport / Divulgação



Como citamos anteriormente, já temos uma audiência agendada com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para o dia 11 de junho próximo, em Brasília, quando cobraremos para que nos seja apresentada oficialmente a proposta do Governo, o plano de solução

idealizado pela empresa em substituição ao plano anterior de saldamento, o mesmo aprovado pela ABEPH.

Após essa audiência, vamos convocar assembleia específica destinada aos participantes do PORTUS.

## Manifestações públicas e ações jurídicas

Estamos enviando ofício para a nossa Federação Nacional dos Portuários (FNP) solicitando que seja elaborado um calendário nacional para que, nos mesmos dias e horários, sejam feitas grandes manifestações públicas em frente às sedes de todas as Companhias Docas estatais, patrocinadoras do Fundo de Pensão PORTUS e as verdadeiras responsáveis pelo déficit atual, além do próprio Governo Federal, este único e exclusivo culpado pela extinção da PORTOBRAS.

Estamos consultando o nosso Departamento Jurídico sobre a possibilidade de ajuizarmos oportuna ação para conseguirmos o bloqueio, e consequente repasse para o PORTUS, dos valores referentes à enorme dívida que a Libra Terminais tem com a CODESP.

Reprodução



# FÉ, FORÇA, UNIÃO E

Sabemos que estamos enfrentando o maior e mais perigoso momento vivido pelo nosso Fundo de Pensão PORTUS. Temos a mais absoluta certeza de que não foram os participantes e tampouco as administrações anteriores do PORTUS os responsáveis pelo déficit que assombra a instituição, mas sim as patrocinadoras Companhias Docas e o próprio Governo Federal (dívida PORTOBRAS).

Ainda assim, mesmo sentindo um gosto amargo de injustiça, temos total consciência que qualquer solução definitiva para o PORTUS trará também o chamado "remédio amargo",

# MOBILIZAÇÃO



necessário para salvar nosso fundo de pensão, ocasião em que talvez tenhamos que assimilar um possível prejuízo com um percentual de redução em nossos benefícios já pagos ou ainda a serem concedidos.

No entanto, o que não vamos aceitar sob hipótese alguma é que a maior injustiça social referente à previdência privada complementar e fundos de pensão seja cometida contra nós trabalhadores portuários e contra o nosso Fundo de Pensão PORTUS.

*E a luta continua...*

**Boletim Sindaport** é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo, situado na Rua Júlio Conceição, 91 - Vila Matias - Santos/SP - CEP 11015-540 - Tel.: (13) 4009-0300. **Site:** [www.sindaport.com.br](http://www.sindaport.com.br) **Presidente:** Everandy Cirino dos Santos. **Vice-presidente:** João de Andrade Marques. **Secretário Geral:** Valdir Pfeifer da Silva Júnior. **Redação/Edição:** Nelson Domingos De Giulio / Gisele de Oliveira / Valdir Pfeifer da Silva Júnior. **Fotos/Imagens:** Créditos. **Diagramação:** Denise Campos De Giulio. **Tiragem:** 5.000 exemplares **Impressão:** Gráfica Print+ (Tel.: 3345-4552).

